

# Mapeamento de Produtos e Serviços Relacionados à Propriedade Intelectual em Bibliotecas Universitárias Brasileiras

*Mapping of Products and Services Related to Intellectual Property in Brazilian University Libraries*

*Eliziane Barbosa Costa<sup>1</sup>*

*Suênia Oliveira Mendes<sup>1</sup>*

*Jefferson Almeida Rocha<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, MA, Brasil

## Resumo

O presente estudo teve por objetivo apresentar um mapeamento dos produtos e serviços sobre Propriedade Intelectual disponibilizados pelas bibliotecas das Universidades Federais do Brasil. Realizou-se um estudo descritivo com abordagem mista, pois esta quantifica os dados e categoriza os conteúdos coletados nos sítios dos sistemas de bibliotecas mediante pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados da análise apontam que, de um total de 68 sistemas de bibliotecas universitárias, um pequeno número (18) aborda a temática da propriedade intelectual em seus produtos e serviços. Dos 18 sistemas identificados, 95% (17) abordam, principalmente, os aspectos do direito autoral e plágio. Conclui-se que o mapeamento fornece dados estratégicos para o planejamento institucional e de suas bibliotecas na elaboração de produtos e serviços de maneira clara para a aceleração da cultura de inovação e propriedade intelectual.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Bibliotecas Universitárias; Universidades Federais Brasileiras.

## Abstract

The present study aimed to present a mapping of intellectual property products and services made available by the libraries of Federal Universities in Brazil. A descriptive study was carried out with a mixed approach, as it quantifies the data and categorizes the content collected on library system websites through bibliographic and documentary research. The results of the analysis indicate that out of a total of 68 university library systems, a small number (18) address the issue of intellectual property in their products and services. Of the 18 systems identified, 95% (17) mainly address aspects of copyright and plagiarism. It is concluded that mapping provides strategic data for institutional planning and its libraries in the development of products and services in a clear way to accelerate the culture of innovation and intellectual property.

Keywords: Intellectual Property; University Libraries; Brazilian Federal Universities.

Área Tecnológica: Propriedade Intelectual. Universidade. Pesquisa Científica.



# 1 Introdução

A universidade, por sua inventividade de diálogos, é o lugar propenso para a colaboração entre pesquisadores. O tema da Propriedade Intelectual (PI) passou a ter maior relevância a partir da Lei n. 10.973/2004, lei de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambientes produtivos, incluindo-se as universidades. Essa lei possibilitou a constituição dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), responsáveis pela gestão da política institucional de inovação, envolvendo: licenciamento, proteção e transferência das inovações tecnológicas com incentivo ao registro de patentes (Ribeiro; Antonialli; Zambalde, 2015; Cativelli; Oliveira, 2016; Vasconcelos; Santos, 2018).

A Propriedade Intelectual “[...] refere-se às criações da mente: tudo, desde obras de arte até invenções, passando por programas de computador, marcas e outros sinais comerciais” (WIPO, 2020, p. 1). Essa definição traz à tona a importância da proteção legal aos detentores desses direitos para que eles possam exercê-los conforme sua finalidade. Essa proteção não alcança apenas a “[...] atividade criativa em si, mas também os investimentos que são feitos para levar estas invenções ao mercado” (ABPI, 2022).

A PI quando é protegida legalmente torna-se um importante ativo competitivo, “[...] pois agrega valor à capacidade de inovação das empresas, e, conseqüentemente auxilia no desenvolvimento das nações ao estimular a criação de novos produtos e métodos de produção” (Branco *et al.*, 2011, p. 13).

As bibliotecas universitárias desempenham um papel importante na estrutura das Instituições em que são vinculadas, neste estudo, destacam-se as de Ensino Superior (IES) e, por meio dessas unidades de informação, os usuários têm acesso ao universo de materiais que subsidiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão ofertados ao longo da jornada acadêmica (Sant’anna; Calmon, 2016). Assim, a biblioteca tem a função de

[...] prover, disseminar e transferir informação de modo a viabilizar a atuação plena da universidade na promoção do ensino, pesquisa e extensão, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, produção e transferência de conhecimento e tecnologia (Gomes; Barbosa, 2003, p. 2).

As bibliotecas, anteriormente compreendidas como centros de guarda e custódia de textos clássicos e eruditos, moldaram-se gradativamente às mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas impostas pela evolução da sociedade e passaram a ser consideradas centros de convívio democrático, de inclusão, interação e troca de informações em seus espaços físicos ou virtuais, tornando-se espaços necessários para o processo de produção do conhecimento científico (Tanus; Tarragó, 2020).

As mudanças nos ambientes informacionais se fortaleceram a partir do momento em que as IES passaram a implementar inovações com o uso de tecnologias digitais, observadas por Gomes e Dumont (2015) como essenciais para o processo de organização, recuperação e

transmissão da informação. As bibliotecas universitárias devem refletir sobre seu papel nesse contexto de mudanças e realizar “[...] ajustes, inovações tecnológicas, reorganização de espaços, adaptação de ações, serviços e formatos de acervos compatíveis com os diferentes interesses e especificidades dos estudantes com [e sem] deficiência” (Stroparo; Moreira, 2021, p. 5).

O censo da educação superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2020, trouxe dados referentes às matrículas de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, no ensino superior, identificando 59.001 alunos com alguma das deficiências elencadas (INEP, 2021).

Dessa maneira, a biblioteca universitária contribui para a promoção da informação a toda comunidade acadêmica, sem distinção, garantindo condições de acesso físico e oferecendo serviços diferenciados, por meio do uso de recursos tecnológicos. Esses recursos são imprescindíveis para minimizar ou eliminar as barreiras físicas, comunicacionais ou mercadológicas que dificultem esse acesso (Santos; Carvalho, 2020; Costa; Oliveira, 2022).

Um país que investe e incentiva a propriedade intelectual está consequentemente impulsionando o desenvolvimento econômico e melhorando seu posicionamento na economia mundial, sendo necessário aumentar a sua competitividade por meio da criação de ambientes de negócios que assegurem às empresas a proteção ao investimento, ao estímulo à criação e à capacitação tecnológica (Biagiotti, 2014).

Na literatura, é possível encontrar alguns estudos (Peng; Zang, 2019; Yang; Liu, 2021; Braga *et al.*, 2022) sobre o papel das bibliotecas na disseminação de serviços relacionados ao tema propriedade intelectual, sobretudo, sobre a importância da participação ativa dessas unidades de informação no ecossistema da inovação e na formação de bibliotecários para atuarem como gestores de PI, porém não há evidências de estudos que detalhem os produtos e serviços ofertados no âmbito das bibliotecas universitárias brasileiras, o que torna esta pesquisa relevante.

Desse modo, dada a relevância das bibliotecas dentro das IES e da temática da Propriedade Intelectual que juntas contribuem para a difusão da cultura de inovação, o presente artigo tem o objetivo de apresentar um mapeamento dos produtos e serviços sobre propriedade intelectual disponibilizados pelas bibliotecas das Universidades Federais do Brasil proporcionando uma visão geral na promoção da PI.

## 2 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, bibliográfica e documental com abordagem mista, pois quantificou os dados e categorizou os conteúdos coletados nos sítios dos sistemas de bibliotecas.

A coleta dos dados teve início pelo levantamento das IES, no período de 4 a 16 de janeiro de 2023, no sítio do Ministério da Educação do Brasil (sistema e-mec) (Quadro 1).

**Quadro 1** – Instituições de Ensino Superior do Estudo

ORDEM	INSTITUIÇÃO(IES)	ORDEM	INSTITUIÇÃO(IES)
1	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	35	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
2	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	36	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
3	Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	37	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
4	Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)	38	Universidade Federal de Viçosa (UFV)
5	Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	39	Universidade Federal do Acre (UFAC)
6	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)	40	Universidade Federal Do Agreste De Pernambuco (UFAPE)
7	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	41	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
8	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	42	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
9	Universidade de Brasília (UNB)	43	Universidade Federal do Cariri (UFCA)
10	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	44	Universidade Federal do Ceará (UFC)
11	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	45	Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)
12	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	46	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
13	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	47	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
14	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	48	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
15	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	49	Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
16	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	50	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
17	Universidade Federal de Catalão (UFCAT)	51	Universidade Federal do Pará (UFPA)
18	Universidade Federal de Goiás (UFG)	52	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
19	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	53	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
20	Universidade Federal de Jataí (UFJ)	54	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
21	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	55	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
22	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	56	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
23	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	57	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
24	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	58	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
25	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	59	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

ORDEM	INSTITUIÇÃO(IES)	ORDEM	INSTITUIÇÃO(IES)
26	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	60	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
27	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	61	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
28	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	62	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
29	Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	63	Universidade Federal Fluminense (UFF)
30	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	64	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
31	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	65	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
32	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	66	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
33	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	67	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
34	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	68	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Fonte: Brasil (2023)

As instituições ativas identificadas no sítio do e-mec (<https://emec.mec.gov.br/>) totalizaram 68 universidades federais brasileiras, distribuídas nas cinco regiões do país. Essa informação foi coletada a partir do formulário de busca avançada, utilizando os filtros: busca por Instituição de Ensino Superior; categoria: administração pública federal; organização acadêmica: universidade.

A partir do resultado da busca feita no sistema e-mec, foi possível coletar informações, como: nome da universidade, data de criação, endereço eletrônico e local de funcionamento, que possibilitaram mapear os sistemas de bibliotecas e os produtos e serviços disponibilizados em seus sítios relacionados a temática de Propriedade Intelectual.

Após a identificação dos nomes das IES, partiu-se para a etapa da busca temática nos sítios das bibliotecas de cada instituição. O sítio das bibliotecas foi encontrado por meio da consulta no sítio institucional e dentro dele a identificação do *link* da página do Sistema de Bibliotecas correspondente. Destaca-se que foram encontrados vários nomes para as bibliotecas, como: Divisão de Bibliotecas, Diretoria Integrada de Bibliotecas, Sistema de Bibliotecas, Diretoria de Bibliotecas e Biblioteca Central, porém todas agrupavam produtos, serviços, bem como informações complementares, no entanto, para a presente pesquisa padronizou-se o termo Sistema de Bibliotecas para todas as designações descritas acima.

Os produtos e serviços considerados para a coleta foram: treinamentos, palestras, informativos, artigos, manuais, minicursos, *softwares*, vídeos instrucionais, entre outros. Assim, a busca realizada nos sítios dos Sistemas de Bibliotecas identificou e categorizou os temas sobre Propriedade Intelectual. As informações coletadas foram organizadas em planilhas eletrônicas e categorizadas em: direitos autorais, propriedade industrial e proteção Sui Generis.

Para complementar os dados, fez-se uma análise de rede elaborada no *software* VOSviewer para saber as relações temáticas entre bibliotecas universitárias e Propriedade Intelectual. Os dados coletados para essa análise foram as palavras-chave dos documentos encontrados

na pesquisa bibliográfica feita na base de dados Scopus no dia 18 de julho de 2023 por meio do acesso disponibilizado pelo Portal de Periódicos Capes.

A busca realizada na base de dados Scopus foi de artigos científicos no campo “*article title*”, utilizando as expressões: “*university library*” OR “*academic library*” OR “*academic libraries*”. A busca resultou em um total de 8.487 documentos. Depois, os resultados foram refinados por materiais em acesso aberto, bem como escreveu-se a expressão “*Intellectual Property*” no campo livre de busca na coluna de filtro que resultou em um total de 17 registros utilizados para a análise temática.

Os resultados da pesquisa foram analisados e mostrados em quadros, gráficos e figuras para uma didática mais explicativa.

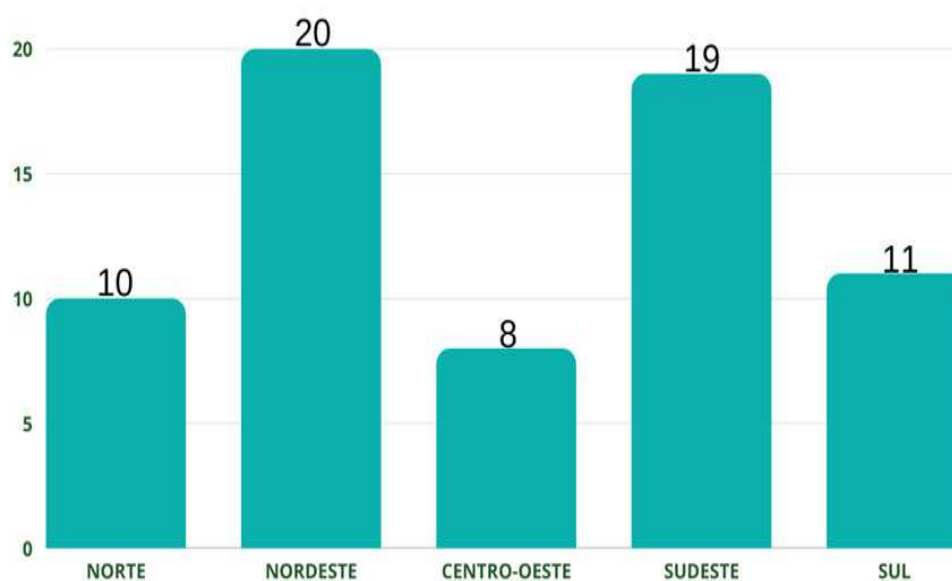
### 3 Resultados e Discussões

As universidades são responsáveis por formar profissionais, pesquisadores e indivíduos nas mais diversas áreas do conhecimento para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do país (Vasconcelos; Santos, 2018).

Desde 1998, vem sendo registrada a expansão do número de vagas e cursos ofertados nas universidades brasileiras. A partir de 2007, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo governo federal, o número de universidades federais cresceu significativamente (Casqueiro; Irffi; Silva, 2020). Considerando o ano de implementação do referido programa, registrou-se o surgimento de 14 novas universidades distribuídas nas cinco regiões brasileiras, resultando em um acréscimo de mais duas no Norte; mais seis no Nordeste; mais três no Centro-Oeste; e mais três no Sul do país.

O Gráfico 1 mostra a distribuição das 68 universidades federais do estudo conforme distribuição nas cinco regiões brasileiras.

**Gráfico 1** – Universidades Federais Brasileiras por Região



Fonte: Adaptado de Brasil (2023)



O Gráfico 1 mostra que o Nordeste (20) e o Sudeste (19) são as regiões brasileiras com maior quantidade de universidades federais, e a que concentra menor número é o Centro-Oeste (8). Os estados brasileiros com maior quantidade de universidades federais são Minas Gerais (11) e Rio Grande do Sul (6).

Na Região Norte, o Estado do Pará possui quatro universidades federais, os demais possuem apenas uma por estado. Na Região Nordeste, os estados com maior quantidade de universidades são Bahia e Pernambuco, com quatro cada um, depois o Ceará com três. Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte possuem duas cada um; Alagoas, Maranhão e Sergipe com uma por estado. Goiás, na Região Centro-Oeste, concentra três universidades, seguido de Mato Grosso com duas, e os demais com apenas uma cada. O estado do Paraná detém três e Santa Catarina duas.

Sobre o tema Propriedade Intelectual, o presente estudo identificou 18 sistemas de bibliotecas que ofertam algum tipo de produto ou serviço (Gráfico 2).

**Gráfico 2** – Bibliotecas que ofertam produtos/serviços relacionados à Propriedade Intelectual



Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2023)

Em relação aos temas de Propriedade Intelectual, os resultados encontrados foram organizados no Quadro 2, conforme seu respectivo Sistema de Biblioteca, categoria e tipo de produto/serviço.

**Quadro 2** – Temas sobre PI abordados nos sítios dos sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras

Sistema de Bibliotecas	Categoria de PI	Produtos/serviço
UFERSA	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Campanha antiplágio com divulgação de PI</li> <li>• Cartilha sobre plágio acadêmico (desenvolvida por outra Universidade)</li> <li>• Software antiplágio</li> </ul>
UFC	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Software antiplágio</li> </ul>
UFRA	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aba “plágio” com informações sobre direito autoral</li> <li>• Software antiplágio</li> </ul>
UFGD	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Treinamento sobre plágio acadêmico</li> </ul>
UNB	Direito Autoral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Software antiplágio</li> </ul>

Sistema de Bibliotecas	Categoria de PI	Produtos/serviço
UNIFAL	Direito Autoral	• Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UJFJ	Direito Autoral	• Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UFU	Direito Autoral	• Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UNIFESP	Direito Autoral	• <i>Software</i> antiplágio
UFSCAR	Direito Autoral	• Série de vídeos acessíveis sobre direito autoral e plágio • <i>Software</i> antiplágio
	Propriedade Industrial	• Projeto de extensão Starteca em parceria com o setor de Inovação e Empreendedorismo • Espaço do pesquisador com uma seção sobre Propriedade Intelectual mencionando todas as categoriais
UFRJ	Direito Autoral	• Rodas de conversa sobre plágio acadêmico
UNIRIO	Propriedade Industrial	• Busca de patente, mediante preenchimento de formulário, contendo termo de sigilo
UFRRJ	Direito Autoral	• Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral
UFPR	Direito Autoral	• Manual de Normalização com seção sobre plágio e tipos de licença
UFSC	Direito Autoral	• Artigo sobre plágio • Manual de normalização com seção sobre plágio • Comissão de plágio e má-conduta
	Propriedade Industrial	• Orientação para pesquisa em base de dados de patente
UFRGS	Direito Autoral	• Curso de extensão sobre plágio e demais condutas inadequadas na pesquisa • Guia de ferramentas antiplágio • Aba sobre direitos autorais e imagem • Conteúdo audiovisual sobre direitos autorais na produção de material educacional digital e em mídias digitais
FURG	Direito Autoral	• <i>Software</i> antiplágio
UFCSPA	Direito Autoral	• Serviço de digitalização com orientações sobre direito autoral

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2023)

O Quadro 2 mostra que o tema sobre PI mais recorrente nas bibliotecas universitárias foi o direito autoral e a subcategoria foi o plágio. É importante lembrar que o plágio acadêmico está diretamente relacionado ao processo de elaboração do material científico para a divulgação dos resultados das práticas de ensino, pesquisa e extensão. Os achados de Vasconcelos e Santos (2018) corroboram com o da presente investigação. Os referidos autores identificaram que 34 dissertações e teses defendidas nas Universidades Federais da Região do Nordeste do Brasil, no período de 2014 a 2016, abordavam as temáticas, em ordem decrescente de quantidade: direito autoral, indicadores, patentes, inovação, registro de marcas, transferência de tecnologias e PI nas universidades.

O Direito Autoral regulamentado, no Brasil, pela Lei 9.610/1998 é um tema sensível para as bibliotecas desde os primórdios delas, pois a posse por terceiros do material publicado não autoriza a detenção intelectual do conteúdo independentemente do suporte que o material se apresenta (Brasil, 1998).



No “Guia para bibliotecas: direitos autorais e acesso ao conhecimento, informação e cultura”, Couto *et al.* (2022) responderam as questões sobre direitos autorais para auxiliar bibliotecas e bibliotecários no cotidiano de suas atividades. Um questionamento levantado no guia é a influência dos direitos autorais nos empréstimos realizados pelas bibliotecas, em especial, no Brasil que conforme a doutrina da exaustão permite que o autor venda sua obra, pois os direitos de distribuição do exemplar se exaurem, podendo quem comprou a obra emprestá-la ou revendê-la a partir de sua aquisição.

As obras digitais diferem das físicas, às vezes, a concessão existente sobre ela é de (re)uso e não de posse perpétua, dessa maneira, ficando *sub judici* do contrato assinado entre as partes ou conforme a legalidade de (re)uso existente no documento.

Ainda sobre a questão do direito do autor, o plágio pode ser entendido como “[...] falsa atribuição da criação de uma obra ou de parte dela [...]” quer seja de música, texto acadêmico, imagens, ideias ou outras maneiras em que o crédito autoral ofende o direito de paternidade do autor/criador do original (Zanini, 2017, p. 3; Batista; Silva, 2019).

Em 2011, por recomendação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) publicou o documento “*Orientações Capes – combate ao plágio*” com recomendações para que as instituições de ensino superior adotassem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, com procedimentos específicos no intuito de coibir a prática do plágio em trabalhos acadêmicos feitos por qualquer membro da comunidade acadêmica (discentes, técnicos ou docentes) (Capes, 2011).

Diante do disposto no documento da Capes, observa-se que os resultados da presente pesquisa (Quadro 2) coadunam com o referido documento mostrando que 90% dos produtos e serviços ofertados pelos sistemas de bibliotecas federais do Brasil abordaram a subcategoria do plágio acadêmico. Dessa maneira, as universidades colaboram de maneira mais efetiva na conscientização dos usuários em relação à observância da ética e normas de conduta na pesquisa científica.

A Biblioteca Comunitária (Bco) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desde 2019 desenvolve o projeto Starteca, que é um espaço destinado ao fomento da inovação e empreendedorismo de base tecnológica no local (UFSCar, 2023). Além disso, a Biblioteca desenvolveu uma série de vídeos sobre plágio com linguagem simples e recursos de acessibilidade de tradução em libras e legendas. Os vídeos estão disponibilizados no canal oficial do *Youtube* do SIBI/UFSCar.

Os *softwares* para detecção de plágio e similaridade identificados em seis Sistemas de Bibliotecas possuem o nome do *software*, e o seu *link* para acesso é disponibilizado nos sítios. Destes, estão: Copyspider; Viper; Plagium; Plagiarism; Turnitim; Farejador de plágio; Plágius e Grammarly. A maioria desses *softwares* disponibiliza uma versão gratuita, com menos recursos, sendo necessária a aquisição de um plano para uma busca mais avançada. A utilização desses *softwares* no processo de escrita científica deve ser vista como uma maneira de garantir a ética e a boa conduta no manejo dos dados e não como uma sanção previamente aplicada.

O Scanner Planetário, serviço de digitalização, ofertado por três sistemas de bibliotecas (UNIFAL, UFJF e UFU) permite a digitalização de materiais do acervo, mas antes do procedimento, o usuário recebe instruções para ciência e aceite no uso do material, em conformidade com a Lei n. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) (Brasil, 1998).

O tema Propriedade Industrial, representado pelas patentes, aparece em segundo lugar, mas com pouca expressividade (3 menções) conforme mostrado no Quadro 2. A Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) oferta o serviço de orientações para pesquisa de base de dados de patentes; e a Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) oferta o serviço de busca de patentes, mediante preenchimento de formulário e assinatura de termo de sigilo. O Sistema de Bibliotecas da UFSCar traz as informações sobre Patente de forma mais detalhada, com guias para a busca de patentes, Classificação Internacional de Patentes e operadores lógicos para utilização na busca, na guia do sítio do sistema de bibliotecas existe o “Espaço do Pesquisador” com uma seção sobre Propriedade Intelectual.

O Portal de Periódicos da Capes é um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil que disponibiliza conteúdo científico nacional e internacional advindo de pesquisas de qualidade e com confiança científica para as instituições parceiras. As universidades federais brasileiras se enquadram como parceiras e, por isso, suas comunidades acadêmicas acessam os conteúdos disponibilizados pelo Portal sem ônus para suas instituições (Capes, 2017; Mendes; Ziviani, 2015).

Por meio do Portal de Periódicos da Capes, é possível encontrar 10 bases de dados de patentes, que são: Bases de Patentes do INPI; Derwent Innovation Index; Espacenet (European Patent Office); Google Patents; Latipat; Patentscope; *Revista Eletrônica de Propriedade Intelectual* (RPI); Scinfider Index; The Lens e US Patent Full – text and Image Database (USPTO). O treinamento dos usuários nessas bases é importante para a busca de anterioridade e de prospecção tecnológica, etapas que antecedem o processo de pedidos de concessão de patentes, registros de marcas e desenho industrial.

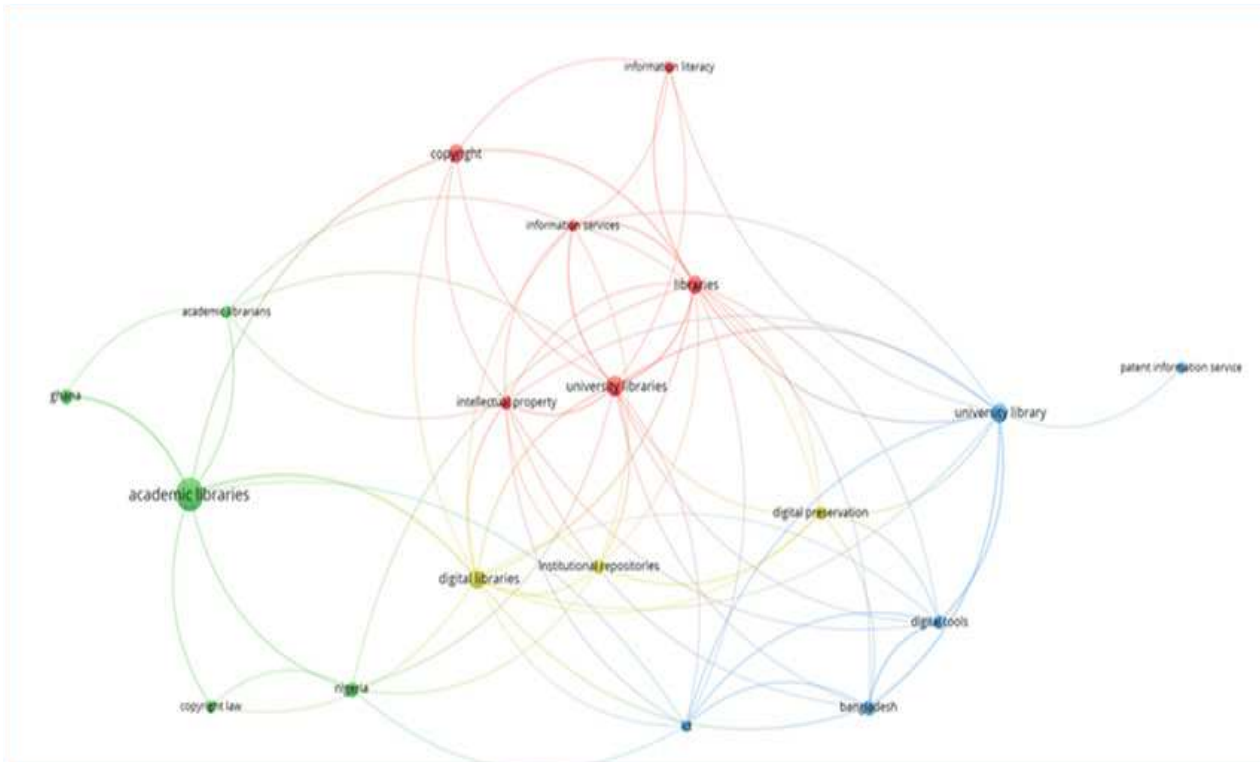
Os pesquisadores precisam se preparar para o uso das ferramentas de busca de anterioridade e de prospecção tecnológica que são disponibilizadas pelas bibliotecas para disseminação da cultura da propriedade intelectual, pois caso não seja oferecido esse serviço ao pesquisador, é provável, acontecer o distanciamento do pesquisador da biblioteca. Dessa maneira, é necessário uma aproximação das bibliotecas com os Núcleos de Inovação Tecnológica das Instituições para que exista uma colaboração mútua para a instrumentalização do pesquisador, gerando autonomia na busca por informações de cunho científico e tecnológico.

O distanciamento do interesse do usuário em relação ao bibliotecário já foi detectado por Mendes (2020) quando identificou diferenças de percepções entre profissionais bibliotecários e usuários relacionados à adoção e ao uso de inovações informacionais conforme os indicadores de Uso, Compatibilidade, Demonstração de Resultado, Experimentação, Facilidade de Uso, Imagem, Vantagem Relativa, Visibilidade e Resultado do Uso. Provavelmente essas diferenças de percepções estão relacionadas a fatores culturais, sociais e pessoais.

As outras subcategorias da Propriedade Industrial: marca, desenho industrial e Indicações Geográficas não foram encontradas no presente estudo. As categorias de Topografia dos Circuitos Integrados, Registros de Cultivares e Patrimônio Genético foram identificadas, apenas, no Sistema de Bibliotecas da UFSCar quando ela identifica e mostra a legislação específica sobre o assunto.

Para completar a análise dos resultados, foi gerada a Figura 1 pelo *software* VOSviewer. A Figura 1 ilustra a interação da propriedade intelectual com a biblioteca universitária, mostrando quais as temáticas estão vinculadas nessa interação. Foram encontradas 12 temáticas com no mínimo três ocorrências que cooperam entre si para a construção dos quatro agrupamentos encontrados na rede.

**Figura 1** – Relações dos agrupamentos das temáticas discutidas sobre propriedade intelectual em Bibliotecas Universitárias



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2023)

Verifica-se, na Figura 1, que o primeiro agrupamento, em vermelho, tem seis integrantes. Todos os *clusters* possuem inter-relações com os termos “Biblioteca”, “Biblioteca acadêmica”, “Biblioteca digital” e “Biblioteca universitária”. O segundo agrupamento, representado pela cor verde, tem cinco membros, contudo, é o que possui menor quantidade de *links* (7), mas inclui relações com Ghana e Nigéria. Já o terceiro *cluster*, representado pela cor azul, é composto de cinco membros e possui o assunto “serviços de informação de patentes”. O agrupamento quatro, em cor terrosa, tem apenas três integrantes, mas é o que se relaciona com assuntos digitais, como: preservação e repositórios.

A Figura 1 evidenciou que a propriedade intelectual é inerente à produção e criação de ideias e obras que quando alicerçadas pela instituição são compartilhadas com garantia dos direitos de (re)uso. Um exemplo dessas garantias foi durante o período da pandemia, já que as informações sobre saúde foram trocadas por meio da divulgação de casos, pelas medidas de proteção, pelos procedimentos de combate a proliferação da Covid-19 e de tantas outras medidas que mostraram a colaboração e socialização do conhecimento científico para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade (Rosa; Silva; Pavão, 2021).

Quando as bibliotecas disponibilizam recursos de acessibilidade, elas promovem a inclusão informacional de maneira equânime, garantindo o acesso a todos, como direito fundamental preconizado na Constituição Federal Brasileira. Cabe destacar que o sistema de Bibliotecas da UFSCar, entre os que disseminam a cultura da Propriedade Intelectual, é o que disponibiliza o maior número de assuntos relacionados a referida temática.

## 4 Considerações Finais

A pesquisa apresentou o mapeamento dos produtos e serviços sobre propriedade intelectual que estão disponibilizados nos sítios dos 68 sistemas de bibliotecas das Universidades Federais do Brasil e identificou que apenas 26,47% (18) disponibilizam produtos e serviços. Dos 18 sistemas 95%, 17 trabalham com a temática de propriedade intelectual no seu aspecto de direito autoral.

O direito autoral está intrinsecamente envolto no cotidiano das bibliotecas desde seus primórdios em relação à cópia das obras ofertadas por elas. Em tempos de tecnologias de informação e comunicação, bem como do advento da internet, o tema de direito autoral ganhou proporções internacionais sem limites, e o desenvolvimento de *softwares* que auxiliam na detecção de plágio (cópia do texto sem indicação do detentor do direito do conteúdo) tornou-se uma ferramenta de apoio na identificação da má prática científica do plágio e na manutenção dos direitos de propriedade intelectual.

A discussão da temática nas bibliotecas, em especial, universitárias se tornou essencial para a inserção de uma cultura de propriedade intelectual em amplo aspecto científico e institucional e, para isso, precisa envolver os docentes, técnicos, discentes e profissionais que atuam nas bibliotecas, especialmente, os bibliotecários que são agentes de transformação informacional. Para que o bibliotecário possa contribuir de maneira efetiva nesse universo, este deve desenvolver competências e habilidades por meio de cursos de capacitação referente ao tema.

Ainda assim, a pesquisa deve ser ampliada para as bibliotecas dos Institutos Federais, uma vez que, além da oferta de ensino técnico tecnológico, também ofertam cursos de ensino superior, o que as tornam bibliotecas universitárias.

Conclui-se que o mapeamento dos produtos e serviços sobre propriedade intelectual torna-se uma ferramenta de planejamento para as bibliotecas universitárias brasileiras, por isso recomenda-se que mais bibliotecas desenvolvam ações sobre a temática do estudo e de sua expansão. A seguir estão listados alguns aspectos a serem trabalhados nos diversos sistemas de bibliotecas:

- a) Disseminação e identificação sobre direito autoral;
- b) Combate ao plágio;
- c) Orientações para repositórios e produções institucionais que sigam boas práticas de propriedade intelectual;
- d) Verificação de aspectos de proteção da PI em bibliotecas digitais e na preservação dos seus materiais;
- e) Disseminação institucional sobre propriedade intelectual;
- f) Garantia legal da produção científica, do acesso e do (re)uso ético das informações científicas;
- g) Respeito aos direitos dos autores e de suas criações;
- h) Promoção da inovação e do avanço do conhecimento na comunidade acadêmica;
- i) Promoção da propriedade industrial e da proteção *sui generis* na comunidade acadêmica.

Por fim, o mapeamento fornece dados úteis para o planejamento estratégico da instituição e de suas bibliotecas na elaboração de uma maneira clara para a aceleração da cultura de inovação e da propriedade intelectual.

## 5 Perspectivas Futuras

A partir deste estudo, verificou-se a necessidade de os bibliotecários, como agentes facilitadores e peças-chave nesse processo, dialogarem com sua comunidade acadêmica sobre Propriedade Intelectual, dessa maneira, espera-se que os resultados apresentados possam proporcionar a continuidade da discussão sobre Propriedade Intelectual nas bibliotecas universitárias e em suas instituições, porque o tema, além de urgente, é necessário para a construção contínua de uma cultura de boas práticas acadêmicas.

O estudo deixa como recomendação o desenvolvimento de atividades, produtos e serviços identificados, nesta pesquisa, pelas bibliotecas que ainda não o fizeram, o desenvolvimento de ações que despertem na comunidade acadêmica, o interesse pelo tema, como, palestras e o desenvolvimento de estratégias de *marketing* para a divulgação dos serviços e produtos ofertados pelas bibliotecas.

Outra perspectiva futura é o desenvolvimento de materiais com recursos de acessibilidade para atender às necessidades informacionais da comunidade com e sem deficiência, dessa maneira, democratizando o conhecimento que é organizado e disponibilizado pelas bibliotecas, além de construir novos diálogos.

## Referências

ABPI – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. **O que é Propriedade Intelectual?** Rio de Janeiro: ABPI, [2022]. Disponível em: <https://abpi.org.br/blog/o-que-e-propriedade-intelectual/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BATISTA, A. N. S. F. P.; SILVA, V. P. Medidas não tradicionais de compartilhamento: creative commons como forma de democratizar o acesso ao conhecimento. In: POLIDO, F.; ANJOS, L.; BRANDÃO, L. (org.). **Políticas, internet e sociedade**. Belo Horizonte: IRIS, 2019. p. 206-210.

BIAGIOTTI, L. C. M. A importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento econômico da nação. **Revista do ISAT**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.revistadoisat.com.br/numero1.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRAGA, I. *et al.* Collaborative Training: Faculty and Library Combat Plagiarism-The Case of the Instituto Superior de Contabilidade e Administracao do Porto Library. **Perspectives and Trends in Education and Technology**, [s.l.], p. 729-738, 2022. Disponível em: <https://www-webofscience.ez14.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:001008773300064>. Acesso em: 25 set. 2023.

BRANCO, G. *et al.* **Propriedade intelectual**. Curitiba: Aymar, 2011.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998.



BRASIL. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 232, 3 dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-mec)**. 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Orientações Capes: combate ao plágio**. 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/destaques/4445-orientacoes-capes-combate-ao-plagio>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria n. 74, de 5 de abril de 2017. Aprova o regulamento do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 67. 2017.

CASQUEIRO, M. L.; IRFFI, G. I.; SILVA, C. C. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os indicadores municipais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [s.l.], v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/3922>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CATIVELLI, A. S.; OLIVEIRA, E. L. Patentes universitárias brasileiras: perfil dos inventores e produção por área do conhecimento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s.l.], v. 21, n. 47, p. 67-81, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p67>. Acesso em: 11 jun. 2023.

COSTA, M. K. A.; OLIVEIRA, D. A. Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 160-189, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/24988>. Acesso em: 18 maio 2022.

COUTO, W. E. *et al.* **Guia para bibliotecas: direitos autorais e acesso ao conhecimento, informação e cultura**. São Paulo: FEBAB, 2022.

GOMES, L.; BARBOSA, M. Impacto da aplicação das tecnologias da informação e comunicação (tics) no funcionamento das bibliotecas universitárias. In: ENCONTRO NACIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4., 2003, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003. Disponível em: [http://cinform-antiores.ufba.br/iv\\_anais/artigos/TEXT011.HTM](http://cinform-antiores.ufba.br/iv_anais/artigos/TEXT011.HTM). Acesso em: 30 jun. 2023.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **TransInformação**, [s.l.], v. 27, p. 133-143, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/6vCkPXhb6wVR6KSmTD6T8Pz/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2023.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do censo da educação superior**. 2021. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2021.pdf). Acesso em: 18 maio 2022.

MENDES, S. O. Inovação de adoção e difusão do Portal de Periódicos da Capes. **Biblionline**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 55-66, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/54956>. Acesso em: 12 jul. 2023.



MENDES, S. O.; ZIVIANI, F. Usuarios activos y frecuentes del Portal de Periódicos de la CAPES de la Universidade Federal do Maranhão. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, [s.l.], n. 56, p. 39-51, 2015. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/179>. Acesso em: 10 maio 2023.

PENG, L. L.; ZANG, C. **University Library Intellectual Property Information Service Exploration and Practice – Taking Huazhong University of Science and Technology as an Example**. ICSSHE, 2019. p. 880-883. Disponível em: <https://wwwwebofscience.ez14.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000526407100214>. Acesso em: 25 set. 2023.

RIBEIRO, N. C.; ANTONIALI, L. M.; ZAMBALDE, A. L. Análise sociométrica da estrutura da rede de propriedade intelectual de uma universidade pública. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [s.l.], v. 5, p. 127-146, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5213847>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ROSA, S. S.; SILVA, F. C. C.; PAVÃO, C. M. G. Iniciativas de acesso aberto no combate à pandemia dados abertos e propriedade intelectual na disseminação da informação e conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s.l.], v. 19, p. e021025, 2021.

SANT'ANNA, J.; CALMON, M. A. M. O Bibliotecário atuante em bibliotecas universitárias no século XXI. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 1-21. 2016. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/365/3651548003/html/>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANTOS, K. G.; CARVALHO, K. A. Acessibilidade e tecnologias assistivas em bibliotecas universitárias: estudo de caso no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 5-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/22362/25333>. Acesso em: 14 maio 2022.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Educação**, [s.l.], v. 46, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/40029>. Acesso em: 4 jun. 2023.

TANUS, G. F. S.; TARRAGÓ, S. N. Atuação e desafios das bibliotecas universitárias brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **Revista Cubana de Informacion en Ciencias de La Salu**, [s.l.], v. 33, n. 1. p 1-35, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.744>. Acesso em: 12 jun. 2022.

UFSCar – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Biblioteca Comunitária Starteca**. 2023. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br/starteca>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VASCONCELOS, J. R.; SANTOS, J. A. B. Propriedade intelectual na pós-graduação das universidades federais do nordeste: indicadores bibliométricos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s.l.], v. 17, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8652810>. Acesso em: 12 maio 2023.

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **O que é propriedade intelectual?** [S.l.]: WIPO, 2020. Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo\\_pub\\_450\\_2020.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_450_2020.pdf). Acesso em: 22 maio 2023.

YANG, W.; LIU, T. L. Intellectual property information services and the impacts on academic libraries transformation from the perspective of Chinese university libraries. **IFLA Journal**, [s.l.], v. 47, n. 4, p. 531-547, 2021. Disponível em: <https://doi-org.ez14.periodicos.capes.gov.br/10.1177/03400352211025552>. Acesso em: 2 out. 2023.

ZANINI, L. E. A. Notas sobre o plágio e a contrafação. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, [s.l.], n. 81, 2017. Disponível em: [https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao081/Leonardo\\_Estevam\\_Zanini.html](https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao081/Leonardo_Estevam_Zanini.html). Acesso em: 28 maio 2023.

## Sobre os Autores

### **Eliziane Barbosa Costa**

*E-mail:* eliziane.bc@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3685-4425>

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – Ponto Focal: Universidade Federal do Maranhão em 2023.

Endereço profissional: Diretoria Integrada de Bibliotecas, Biblioteca Central, Avenida dos Portugueses, n. 1.966, Câmpus Dom Delgado, UFMA, São Luís, MA. CEP: 65085-580.

### **Suênia Oliveira Mendes**

*E-mail:* suenia.mendes@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9225-6094>

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2019.

Endereço profissional: Diretoria Integrada de Bibliotecas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Maranhão, Avenida dos Portugueses, n. 1.966, Câmpus Dom Delgado, UFMA, São Luís, MA. CEP: 65080-805.

### **Jefferson Almeida Rocha**

*E-mail:* ja.rocha@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6619-2293>

Doutor em Biotecnologia pela Rede Nordestina de Biotecnologia (RENORBIO) em 2018.

Endereço profissional: Câmpus São Bernardo, UFMA, Rua Projetada, s/n, Bairro Planalto, São Bernardo, MA. CEP: 65550-000.